

SUMÁRIO

PARTE I – DIREITO MATERIAL DO TRABALHO	1
CAPÍTULO I – CONCEITO, DIVISÃO E FUNÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO....	3
1 Conceito de Direito do Trabalho.....	3
2 Divisão do Direito do Trabalho	3
3 Funções do Direito do Trabalho.....	3
CAPÍTULO II – FONTES E PRINCÍPIOS	5
1 Fontes do Direito do Trabalho.....	5
2 Norma e princípio	6
3 Princípios Constitucionais do Trabalho e do Direito do Trabalho.....	6
3.1 Princípio da valorização do trabalho.....	6
3.2 Princípio da justiça social.....	7
3.3 Princípio da submissão da propriedade à sua função social.....	7
3.4 Princípio da dignidade da pessoa humana	7
3.5 Princípio da não discriminação.....	7
4 Princípios do Direito do Trabalho.....	8
4.1 Protetor.....	8
4.2 Imperatividade das normas trabalhistas.....	8
4.3 Irrenunciabilidade de direitos	9
4.4 Primazia da realidade	9
4.5 Irredutibilidade salarial.....	9
4.6 Continuidade da relação de emprego.....	9
4.7 Compensação	9

CAPÍTULO III – EMPREGADO.....	11
1 Definição.....	11
2 Características do vínculo de emprego.....	11
3 Ambiente ou local de prestação de serviços.....	12
 CAPÍTULO IV – EMPREGADO RURAL	 13
1 Definição.....	13
2 Empregador rural.....	13
3 Grupo econômico ou financeiro rural.....	14
4 Empregador rural por equiparação	14
5 Períodos de repouso do trabalhador rural (Lei nº 5.889/1973, art. 5º)	14
6 Trabalho intermitente (Lei nº 5.889/1973, art. 6º)	14
7 Jornada noturna (Lei nº 5.889/1973, art. 7º).....	14
8 Remuneração (Lei nº 5.889/1973, art. 9º).....	15
9 Contrato de trabalho por pequeno prazo (Lei nº 5.889/1973, art. 14-A)	15
10 Aviso prévio (Lei nº 5.889/1973, art. 15).....	17
11 Escola primária (Lei nº 5.889/1973, art. 16).....	17
 CAPÍTULO V – EMPREGADO DOMÉSTICO	 19
1 Definição (art. 1º da LC nº 150/2015).....	19
2 Direitos constitucionais do empregado doméstico	19
3 Duração do trabalho (art. 2º da LC nº 150/2015)	21
4 Acordo de compensação da jornada de trabalho (art. 2º da LC nº 150/2015).....	21
5 Jornada 12 x 36 (art. 10 da LC nº 150/2015)	22
6 Regime de tempo parcial (art. 3º da LC nº 150/2015).....	22
7 Registro de horário (art. 12 da LC nº 150/2015)	23
8 Intervalos	23
8.1 Intervalo intrajornada não remunerado.....	23
8.2 Intervalo interjornada não remunerado.....	23
8.3 Descanso semanal remunerado e feriados (art. 16 da LC nº 150/2015).....	24
9 Jornada noturna (art. 14 da LC nº 150/2015).....	24
10 Contrato por prazo determinado.....	24
11 Carteira de Trabalho e Previdência Social (art. 9º da LC nº 150/2015).....	25

12	Acompanhamento em viagem (art. 11 da LC nº 150/2015).....	25
13	Férias (art. 17 da LC nº 150/2015).....	25
14	Remuneração (art. 18 da LC nº 150/2015).....	26
15	Vale-transporte (art. 19 da LC nº 150/2015).....	26
16	Previdência Social (art. 20 da LC nº 150/2015).....	27
17	FGTS (art. 21 da LC nº 150/2015).....	27
	17.1 Depósito	27
	17.2 Movimentação pelo empregador	27
18	Aviso prévio (arts. 23 e 24 da LC nº 150/2015).....	27
19	Licença-maternidade (art. 25 da LC nº 150/2015).....	28
20	Estabilidade (art. 25, parágrafo único, da LC nº 150/2015).....	28
21	Seguro-desemprego (art. 26 da LC nº 150/2015).....	28
22	Dispensa por justa causa (art. 27 da LC nº 150/2015).....	29
23	Dispensa por culpa do empregador (art. 27, parágrafo único, da LC nº 150/2015).....	29
CAPÍTULO VI – EMPREGADO APRENDIZ.....		31
1	Definição (arts. 424 ao 441, da CLT).....	31
2	Contrato de aprendizagem (art. 428 da CLT).....	31
3	Prazo do contrato (art. 428, § 3º, da CLT).....	32
4	Duração do trabalho (art. 432, <i>caput</i> e § 1º, da CLT).....	32
5	Pessoas com deficiência.....	32
6	Validade do contrato de aprendizagem (art. 428, § 1º, da CLT).....	32
7	Remuneração (art. 428, § 2º, da CLT).....	33
8	Serviços de aprendizagem.....	33
9	Aprendizes adolescentes (art. 429, §§ 2º e 3º, da CLT).....	33
10	Entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica (art. 430 da CLT).....	34
CAPÍTULO VII – TERCEIRIZAÇÃO		35
1	Fundamentação legal.....	35
2	Conceito de terceirização	35
3	Trabalhador terceirizado.....	36
4	Empresa prestadora de serviços terceirizados	36
5	Contratante.....	36

6	Responsabilidade subsidiária.....	36
7	Requisitos do contrato de prestação de serviços terceirizados	37
8	Requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros.....	37
9	Direitos dos trabalhadores terceirizados.....	37
CAPÍTULO VIII – TRABALHO TEMPORÁRIO.....		39
1	Conceito de trabalho temporário.....	39
2	Conceito de empresa de trabalho temporário.....	39
3	Conceito de empresa tomadora de serviços	39
4	Requisitos.....	39
5	Contrato de trabalho temporário.....	40
6	Prazo.....	41
7	Responsabilidade subsidiária.....	41
8	Direitos dos trabalhadores temporários.....	41
9	CTPS.....	42
10	Justa causa	42
11	Fiscalização do trabalho.....	42
12	Trabalhador estrangeiro	42
13	Empresas de vigilância e transporte de valores	42
CAPÍTULO IX – OUTROS TIPOS DE TRABALHADORES.....		43
1	Trabalhador autônomo.....	43
2	Trabalhador eventual.....	44
3	Trabalhador avulso.....	44
4	Trabalhador portuário.....	44
4.1	Conceito	44
4.2	Responsabilidade.....	45
4.3	Características do trabalho portuário.....	45
4.4	Competência do OGMO.....	45
4.5	Inscrição, seleção e registro do trabalhador.....	46
4.6	Remuneração	46
5	Estagiário	46
5.1	Requisitos para o estágio	46
5.2	Jornada máxima de trabalho do estagiário (art. 10, I e II, da Lei nº 11.788/2008).....	47

5.3	Prazo de duração do estágio (art. 11 da Lei nº 11.788/2008).....	47
5.4	Bolsa-auxílio (art. 12 da Lei nº 11.788/2008).....	47
5.5	Recesso (art. 13 da Lei nº 11.788/2008).....	47
5.6	Número máximo de estagiários (art. 17 da Lei nº 11.788/2008).....	47
5.7	Pessoas com deficiência	48
6	Cooperado (Lei nº 5.764/1971).....	48
7	Servidor público.....	48
8	Trabalho voluntário (Lei nº 9.608/1998)	48
9	Mãe social (Lei nº 7.644/1987).....	49
10	Índio ou silvícola (Lei nº 6.001/1973)	50
11	Trabalhador religioso.....	51
CAPÍTULO X - EMPREGADOR.....		53
1	Definição (art. 2º da CLT).....	53
2	Empregador empresa.....	53
3	Empregador sociedade irregular/sociedade de fato.....	53
4	Empregador por equiparação.....	53
5	Empresa de trabalho temporário (art. 4º da Lei nº 6.019/1974 e art. 3º do Decreto nº 10.060/2019).....	54
6	Grupo de empresas ou grupo econômico (art. 2º, §§ 2º e 3º, da CLT)	54
7	Empregador doméstico (LC nº 150/2015).....	54
8	Empregador rural (art. 3º da Lei nº 5.889/1973).....	54
9	Consórcio de empregadores rurais (art. 1º, parágrafo único, da Portaria nº 1.964/1999 do Ministério do Trabalho).....	55
10	Responsabilidade do dono da obra na construção civil.....	55
11	Alterações na estrutura da empresa	55
12	Consequências para os contratos de trabalho (arts. 10, 448 e 448-A da CLT).....	56
CAPÍTULO XI - PODER DE DIREÇÃO DO EMPREGADOR.....		57
1	Definição.....	57
2	Poder de organização	57
3	Poder regulamentar (regulamento de empresa).....	57
4	Poder de controle.....	58
5	Poder disciplinar	59

CAPÍTULO XII – CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO.....	61
1 Relação de trabalho	61
2 Relação de emprego.....	61
3 Requisitos para a relação de emprego.....	61
4 Carteira de Trabalho e Previdência Social (art. 29 da CLT).....	62
4.1 Carteira de Trabalho Digital (Portaria nº 1.065/2019).....	63
5 Contrato individual de trabalho.....	63
6 Capacidade do agente.....	64
7 Objeto lícito	64
8 Jogo do bicho. Nulidade do contrato de trabalho (OJ 199, SDI-1, TST).....	64
9 Forma (art. 443 da CLT)	64
10 Características.....	65
11 Prazo (art. 443 da CLT).....	65
12 Contratos por prazo determinado (art. 443, § 2º, da CLT)	65
13 Prazo máximo dos contratos por prazo determinado (art. 445, <i>caput</i> e parágrafo único, da CLT).....	66
14 Prorrogação do contrato por prazo determinado (art. 451 da CLT).....	66
15 Celebração de um segundo contrato de trabalho por prazo determinado (art. 452 da CLT).....	66
16 Término do contrato por prazo determinado.....	66
17 Rescisão antecipada do contrato por prazo determinado.....	67
18 Contrato nulo. Administração Pública (OJ 355, SDI-1, TST).....	67
19 Administração Pública Indireta (Súmula 430, TST).....	67
20 Outros contratos de trabalho.....	67
 CAPÍTULO XIII – JORNADA DE TRABALHO.....	 69
1 Definição.....	69
2 Jornada ordinária ou normal (art. 7º, XIII, da CF).....	70
2.1 Fator de divisão.....	71
2.1.1 Fator de divisão dos bancários.....	71
2.2 Sobreaviso	71
2.3 Prontidão.....	72
2.4 Controle da frequência.....	72
3 Jornada de tempo parcial (art. 58-A da CLT).....	72
3.1 Salário na jornada de tempo parcial (art. 58-A, § 1º, da CLT).....	72
3.2 Mudança para os empregados à época da reforma (art. 58-A, § 2º, da CLT).....	72

3.3	Horas suplementares (art. 58-A, § 3º, da CLT).....	73
3.4	Tempo parcial com jornada inferior a 26 horas semanais (art. 58-A, § 4º, da CLT)	73
3.5	Regime de compensação (art. 58-A, § 5º, da CLT).....	73
3.6	Tempo parcial e férias (art. 58-A, §§ 6º e 7º, da CLT)	73
4	Jornada de 12x36 (art. 59-A da CLT).....	73
4.1	Remuneração da jornada de 12x36 (art. 59-A, parágrafo único, da CLT)	73
5	Turnos ininterruptos de revezamento	74
6	Trabalho intermitente (arts. 443, § 3º, e 452-A).....	74
7	Jornada extraordinária ou suplementar.....	75
8	Acordo de compensação de horas (arts. 7º, XIII, da CF e 59, § 6º, da CLT).....	77
9	Banco de horas (art. 59, §§ 2º e 5º, da CLT).....	78
10	Pessoas não abrangidas pela limitação de jornada.....	78
10.1	Cargo de confiança (art. 62, II e parágrafo único, da CLT).....	79
10.2	Teletrabalho (arts. 75-A a 75-E da CLT).....	79
11	Jornada diurna, noturna e mista.....	80
CAPÍTULO XIV – INTERVALOS.....		83
1	Intervalos	83
2	Intervalo intrajornada não remunerado	83
2.1	Não computado na jornada (art. 71, § 2º, da CLT).....	84
2.2	Redução do intervalo mínimo de uma hora (art. 71, § 3º, da CLT)	84
2.3	Não concessão do intervalo intrajornada mínimo (art. 71, § 4º, da CLT)	84
2.4	Redução ou fracionamento (art. 71, § 5º, da CLT)	85
3	Intervalo intrajornada remunerado	85
3.1	Serviços permanentes de mecanografia (art. 72 da CLT)	85
3.2	Interior de câmaras frigoríficas (art. 253 da CLT)	85
3.3	Interior de minas (art. 298 da CLT).....	86
3.4	Amamentação (art. 396 da CLT).....	86
3.5	Concedidos pelo empregador (Súmula nº 118 do TST).....	86
4	Intervalo interjornada não remunerado	86
5	Intervalo interjornada remunerado	86
CAPÍTULO XV – FÉRIAS.....		89
1	Definição.....	89

2	Período aquisitivo (art. 130 da CLT)	89
3	Número de dias de férias (art. 130 da CLT)	89
4	Férias para o empregado que trabalhar em regime de tempo parcial (arts. 58-A, § 7º, e 130 da CLT).....	89
5	Faltas (art. 131 da CLT).....	90
6	Perda do direito a férias (art. 133 da CLT)	90
7	Período concessivo (art. 134 da CLT).....	90
8	Fracionamento das férias (art. 134, § 1º, da CLT)	91
9	Não concessão no período concessivo (art. 137 da CLT).....	91
10	Época de concessão das férias	91
11	Anotação das férias.....	92
12	Proibição de trabalho durante as férias	92
13	Pagamento das férias.....	92
14	Abono de férias	92
15	Época do pagamento das férias.....	93
16	Férias coletivas (art. 139, <i>caput</i> , § 1º, da CLT).....	93
17	Efeitos da cessação do contrato de trabalho.....	94
18	Férias vencidas.....	94
19	Férias proporcionais.....	94
20	Empregado doméstico	94
21	Prescrição.....	95
CAPÍTULO XVI – REMUNERAÇÃO. SALÁRIO E GORJETA		97
1	Remuneração.....	97
2	Salário.....	97
3	Gorjetas.....	97
4	Salário mínimo	98
5	Apuração do salário.....	98
6	Salário por unidade de tempo (por hora, semana, quinzena ou mês).....	98
7	Salário por unidade de obra	98
8	Salário por tarefa.....	99
9	Piso salarial	99
10	Salário profissional.....	99
11	Salário normativo.....	99

12	Reajuste de salário	99
13	Forma de pagamento do salário	99
14	Verbas com natureza salarial	100
15	Comissão.....	100
16	Gratificações.....	100
17	Prêmios	100
18	Participação nos lucros (art. 7º, XI, da CF e Lei nº 10.101/2000).....	100
19	Salário-utilidade ou salário <i>in natura</i> (art. 458 da CLT)	103
20	Oferecimento de moradia.....	104
21	Pagamento com fornecimento de alimentação.....	104
22	Empregado rural	104
23	Salário complessivo.....	104
CAPÍTULO XVII – REGRAS DE PROTEÇÃO AO SALÁRIO		105
1	Definição.....	105
2	Garantia de pagamento.....	105
3	Prova do pagamento.....	105
4	Periodicidade no pagamento.....	105
5	Local e data do pagamento.....	106
6	Forma	106
7	Salário em cheque.....	106
8	Salário por depósito bancário.....	106
9	Vedação aos descontos não autorizados.....	106
10	Irredutibilidade do salário.....	107
11	Proteção do salário contra os credores do empregado.....	107
12	Proteção do salário contra os credores do empregador	107
CAPÍTULO XVIII – ADICIONAIS SALARIAIS.....		109
1	Adicionais	109
2	Adicional de horas extras	109
3	Adicional noturno.....	110
4	Adicional de insalubridade.....	111
5	Adicional de periculosidade.....	113
6	Adicional de transferência.....	114

CAPÍTULO XIX – EQUIPARAÇÃO SALARIAL.....	115
1 Definição.....	115
2 Paradigma.....	115
3 Trabalho de igual valor.....	115
4 Requisitos.....	115
5 Casos impeditivos da equiparação salarial.....	117
6 Prescrição.....	117
7 Equivalência salarial.....	117
8 Servidor público.....	117
9 Sociedade de economia mista.....	118
10 Empregado de cooperativa de crédito bancário.....	118
 CAPÍTULO XX – DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO.....	 119
1 Definição.....	119
2 Valor (art. 1º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 4.090/1962).....	119
3 Pagamento.....	119
4 Extinção do contrato de trabalho.....	120
5 Empresa cessionária ao servidor público.....	120
 CAPÍTULO XXI – FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO.....	 121
1 Definição.....	121
2 Alíquota.....	121
3 Depósito.....	121
4 Movimentação da conta.....	121
5 Prescrição do FGTS (Súmula 362, TST).....	123
6 Equivalência entre o FGTS e a estabilidade prevista na CLT.....	123
 CAPÍTULO XXII – ESTABILIDADES PROVISÓRIAS NO EMPREGO.....	 125
1 Considerações gerais.....	125
2 Dirigente sindical (art. 8º, VIII, da CF).....	125
3 Membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – art. 10, II, <i>a</i> , do ADCT).....	126
4 Gestante (art. 10, II, <i>b</i> , ADCT).....	127
5 Membros da Comissão de Representantes dos Empregados (arts. 510-A a 510-D da CLT).....	128

6	Membros da Comissão de Conciliação Prévia (CCP – art. 625-B, § 1º, da CLT).....	128
6.1	Comissão de conciliação prévia. Disposta nos arts. 625-A a 625-H da CLT.....	128
7	Acidente ou doença do trabalho (art. 118 da Lei nº 8.213/1991).....	129
8	Membros do conselho curador do FGTS representantes dos trabalhadores (art. 3º, § 9º, da Lei nº 8.036/1990).....	130
9	Membros do Conselho Nacional da Previdência Social (art. 3º, § 7º, da Lei nº 8.213/1991).....	130
10	Estabilidade convencionalada.....	130
11	Servidor público celetista.....	130
CAPÍTULO XXIII – ALTERAÇÕES DO CONTRATO DE TRABALHO.....		133
1	Possibilidade.....	133
2	Condições essenciais do contrato de trabalho	133
3	Alteração da função.....	133
4	Alteração do salário.....	134
5	Alteração de localidade.....	134
6	Transferência (art. 469 da CLT).....	134
7	Extinção do estabelecimento.....	134
8	Real necessidade de serviço (art. 469, § 1º, da CLT).....	135
9	Adicional de transferência.....	135
10	Despesas.....	135
CAPÍTULO XXIV – INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....		137
1	Interrupção do contrato de trabalho.....	137
2	Hipóteses de interrupção do contrato de trabalho.....	137
3	Rol das faltas justificadas.....	138
4	Suspensão do contrato de trabalho	139
5	Hipóteses de suspensão do contrato de trabalho	140
6	Suspensão ou interrupção do contrato de trabalho em caso de contrato por prazo determinado (art. 472, § 2º, da CLT)	140
7	Vantagens obtidas (art. 471 da CLT)	141
CAPÍTULO XXV – AVISO PRÉVIO.....		143
1	Definição.....	143

2	Fundamento legal.....	143
3	Cabimento do aviso prévio.....	143
4	Prazo do aviso prévio (art. 7º, XXI, da CF).....	143
5	Proporcionalidade do aviso prévio para o empregado.....	143
6	Espécies de aviso prévio.....	145
7	Critério de contagem do aviso prévio.....	145
8	Efetivação do aviso prévio.....	145
9	Anotação na CTPS.....	146
10	Possibilidade de reconsideração.....	146
11	Justa causa.....	146
12	Contrato por prazo determinado.....	146
CAPÍTULO XXVI – CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....		147
1	Definição.....	147
2	Rescisão do contrato de trabalho.....	147
3	Iniciativa do empregador.....	147
4	Dispensa sem justa causa.....	147
5	Dispensa por justa causa.....	147
6	Rol de justas causas (art. 482 da CLT).....	148
7	Observações.....	151
8	Iniciativa do empregado.....	151
9	Pedido de demissão.....	151
10	Rescisão indireta (justa causa do empregador).....	152
11	Rol de hipóteses para a rescisão indireta (art. 483 da CLT).....	152
12	Acordo entre empregado e empregador (CLT, art. 484-A).....	153
13	Fatos alheios à vontade das partes.....	153
14	Culpa recíproca.....	154
15	Aposentadoria.....	154
16	Extinção normal do contrato por prazo determinado.....	154
17	Extinção anormal do contrato por prazo determinado.....	155
18	Rescisão antecipada do contrato por prazo determinado.....	155
19	Dispensa discriminatória.....	155
20	Levantamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.....	155
21	Emissão das guias para obtenção do seguro-desemprego.....	156

22	Verbas que poderão ser devidas ao empregado.....	156
23	Verbas devidas em cada tipo de demissão.....	157
24	Homologação da rescisão contratual.....	158
25	Arbitragem.....	159
26	Termo de quitação anual.....	159
CAPÍTULO XXVII – NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR.....		161
1	Conceito.....	161
2	Proibições ao trabalho do menor	161
3	Autorização ao trabalho do menor	162
4	Extinção do trabalho do menor.....	162
5	Duração do trabalho do menor	163
6	Admissão em emprego e da Carteira de Trabalho e Previdência Social	163
7	Os deveres dos responsáveis legais de menores (arts. 424 a 428 da CLT)...	164
8	Aspectos gerais	164
CAPÍTULO XXVIII – NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER....		165
1	Disposição geral	165
2	Proibições (art. 373-A da CLT).....	165
3	Duração do trabalho	166
4	Os métodos e locais de trabalho (art. 389 da CLT)	166
5	Amamentação	167
6	Emprego de força.....	167
7	A proteção à maternidade.....	167
CAPÍTULO XXIX – PRESCRIÇÃO		171
1	Conceito.....	171
2	Prazo.....	171
3	Dinâmica do prazo	171
4	Prestações sucessivas (art. 11, § 2º, da CLT).....	171
5	Interrupção da prescrição (art. 11, § 3º, da CLT).....	172
6	Suspensão da prescrição (art. 855-E e parágrafo único, da CLT).....	172
7	Prescrição na equiparação salarial.....	172
8	Desvio de função e reenquadramento	172
9	Diferenças salariais. Plano de cargos e salários	172

10	Prescrição das férias	172
11	Prescrição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	173
12	Alteração contratual.....	173
13	Prescrição intercorrente (art. 11-A da CLT).....	173
14	Momento de arguição	173
15	Termo inicial na ação de cumprimento	173
CAPÍTULO XXX – DANO EXTRAPATRIMONIAL		175
1	Conceito (art. 223-B da CLT).....	175
2	Limitação dada pela lei (art. 223-A da CLT)	175
3	Bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa natural (art. 223-C da CLT).....	175
4	Bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa jurídica (art. 223-D da CLT) ...	175
5	Responsabilidade (art. 223-E da CLT).....	175
6	Reparação (art. 223-F da CLT)	176
7	Crítérios para verificação do dano (art. 223-G da CLT)	176
8	Crítérios para estabelecer o valor da condenação (art. 223-G, § 1º, da CLT).....	176
CAPÍTULO XXXI – FORMAS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS		179
1	Conflito	179
2	Meios de solução.....	179
3	Autotutela ou autodefesa	179
4	Autocomposição	180
4.1	Renúncia.....	180
4.2	Aceitação	180
4.3	Transação	180
4.4	Quitação anual das obrigações trabalhistas.....	180
4.5	Comissão de representação dos empregados.....	180
4.6	Processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial.....	180
5	Heterocomposição.....	181
5.1	Mediação.....	181
5.2	Conciliação	181
5.3	Arbitragem.....	181
5.4	Jurisdição.....	181
6	Arbitragem.....	181
6.1	Obrigatória.....	181

6.2	Facultativa.....	181
6.3	Arbitragem nas relações individuais de trabalho.....	182
6.4	Cláusula compromissória de arbitragem	182
7	Poder normativo.....	182
CAPÍTULO XXXII – NOÇÕES DE DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....		183
1	Liberdade sindical.....	183
2	Unicidade sindical.....	183
3	Sindicato	183
4	Federações e Confederações	183
5	Categoria.....	183
6	Categoria profissional (art. 511, § 2º, da CLT).....	184
7	Categoria econômica (art. 511, § 1º, da CLT).....	184
8	Funções do sindicato.....	184
9	Meios de financiamento das atividades do sindicato.....	184
10	Meios de negociação coletiva	184
11	Prazo dos atos de negociação coletiva.....	185
12	Prevalência do acordo e/ou convenção coletiva sobre a lei (art. 611-A da CLT).....	185
13	Impossibilidade de redução ou supressão de direitos por meio de acordo ou convenção coletiva	186
14	Prevalência do acordo sob a convenção coletiva.....	187
CAPÍTULO XXXIII – GREVE		189
1	Breve evolução histórica	189
2	Greve	189
3	Classificação	189
4	Procedimentos da greve.....	190
5	Direitos dos grevistas	190
6	Serviços essenciais.....	191
7	Requisitos para a greve.....	192
8	Greve abusiva.....	192
9	<i>Lockout</i>	192
CAPÍTULO XXXIV – DIREITO DO TRABALHO PÓS-PANDEMIA.....		193
1	Pandemia do novo coronavírus.....	193

2	Medida Provisória nº 927.....	193
3	Medida Provisória nº 936 e Lei nº 14.020/2020	194
3.1	Decreto nº 10.422	194
3.2	Decreto nº 10.470	194
	PARTE II – DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	195
	CAPÍTULO I – DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	197
1	Conceito.....	197
2	Fontes do Direito Processual do Trabalho.....	197
3	Aplicação subsidiária do direito processual civil.....	197
4	Eficácia da lei processual trabalhista no tempo.....	198
5	Eficácia da lei processual trabalhista no espaço	198
6	Princípios do Direito Processual do Trabalho.....	198
	CAPÍTULO II – JUSTIÇA DO TRABALHO	199
1	Organização da Justiça do Trabalho.....	199
2	Tribunal Superior do Trabalho (TST).....	199
3	Tribunais Regionais do Trabalho (TRT).....	200
4	Varas do Trabalho (VT)	200
5	Órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho.....	201
6	Ministério Público do Trabalho	201
	CAPÍTULO III – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO....	205
1	Jurisdição	205
2	Competência	205
3	Competência da Justiça do Trabalho	205
4	Competência material	205
5	Competência territorial.....	206
6	Juizes de Direito estaduais.....	207
	CAPÍTULO IV – PARTES E PROCURADORES: CAPACIDADE, REPRESENTAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E <i>JUS POSTULANDI</i>	209
1	Partes no Processo do Trabalho.....	209
2	Capacidade	209
3	Representação processual.....	209

4.	<i>Jus postulandi</i>	210
5	Capacidade postulatória ou representação por advogado	211
6	Mandato tácito	211
7	Irregularidade de representação (Súmula 383, TST)	211
8	Substituição processual	211
9	Sucessão processual	211
10	Litisconsórcio	212
CAPÍTULO V – CUSTAS PROCESSUAIS		213
1	Conceito de custas (CLT, art. 789)	213
2	Custas no processo de execução (CLT, art. 789-A)	214
3	Emolumentos (CLT, art. 789-B)	214
4	Pagamento das custas (CLT, art. 790)	215
5	Isenção das custas (CLT, arts. 790, §§ 3º e 4º, e 790-A)	215
CAPÍTULO VI – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS		217
1	Honorários periciais	217
2	Honorários advocatícios (art. 791-A da CLT)	217
3	Justiça gratuita (arts. 5º, LXXIV, da CF e 790, §§ 3º e 4º, da CLT)	218
4	Assistência judiciária gratuita (Lei nº 5.584/1970)	219
CAPÍTULO VII – ATOS, TERMOS E PRAZOS NO PROCESSO DO TRABALHO		221
1	Atos e termos processuais	221
2	Forma, publicidade e horário dos atos e termos processuais	221
3	Prazo processual	221
4	Contagem dos prazos	221
CAPÍTULO VIII – NULIDADE NO PROCESSO DO TRABALHO		223
1	Conceito de nulo	223
2	Conceito de nulidade	223
3	Nulidade e o Direito Processual do Trabalho	223
CAPÍTULO IX – CONFLITO E AÇÃO		225
1	Conflito	225
2	Ação	225

3	Classificação das ações trabalhistas	225
4	Condições da ação	226
5	Comissão de conciliação prévia	226
CAPÍTULO X – PROCESSO E PROCEDIMENTO		227
1	Processo	227
2	Procedimento	227
3	Espécies	227
CAPÍTULO XI – PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO		229
1	Previsão legal e cabimento	229
2	Reclamação trabalhista	229
3	Forma da reclamação trabalhista	229
4	Apresentação da reclamação trabalhista	230
5	Comunicação da reclamação	230
6	Notificação	231
7	Audiência	231
8	Conciliação	231
9	Respostas do réu	231
10	Instrução	232
11	Ônus da prova	232
12	Razões finais ou alegações finais	233
13	Sentença	233
14	Publicação e intimação da sentença	234
15	Erros	234
16	Procedimento comum ordinário	234
CAPÍTULO XII – AUDIÊNCIA		235
1	Conceito	235
2	Forma, local e período da audiência	236
3	Prazo para sua realização	236
4	Local diverso	236
5	Procedimento	237
6	Comparecimento das partes	237
7	Ausência das partes	238

8	Conciliação.....	239
9	Respostas do réu	239
10	Instrução.....	239
11	Ônus da prova.....	240
12	Razões finais ou alegações finais	240
13	Sentença	240
14	Publicação e intimação da sentença.....	240
15	Erros	240
CAPÍTULO XIII – PROVAS		241
1	Ônus da prova (CLT, art. 818).....	241
2	Meio de prova.....	241
2.1	Documental.....	242
2.2	Depoimento pessoal das partes	242
2.3	Testemunhal	243
2.4	Pericial.....	243
3	Razões finais ou alegações finais	244
CAPÍTULO XIV – PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO.....		245
1	Dado histórico.....	245
2	Nomenclatura.....	245
3	Semelhanças e diferenças.....	245
4	Cabimento	245
5	Data para definir o valor.....	245
6	Depoimentos.....	245
7	Recurso.....	245
8	Procedimento comum sumário	246
CAPÍTULO XV – PROCEDIMENTO COMUM SUMARÍSSIMO		247
1	Fundamento legal.....	247
2	Cabimento	247
3	Não cabimento.....	247
4	Requisitos.....	247
5	Dinâmica processual.....	248
6	Peculiaridades	248

7	Provas	248
8	Sentença	249
9	Procedimento comum sumaríssimo	249
CAPÍTULO XVI – TUTELAS PROVISÓRIAS (DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA) – CONCEITOS FUNDAMENTAIS		251
1	Definição.....	251
2	Espécies	251
3	Momento do pleito	251
4	Características da tutela provisória.....	251
5	Cumprimento	252
6	Competência	252
7	Tutelas de urgência	252
8	Contracautela	252
9	Responsabilidade por danos.....	253
10	Requisitos para a concessão	253
11	Procedimento da tutela de urgência (antecipada ou cautelar) incidental....	253
12	Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente	253
13	Estabilização da tutela antecipada (art. 304 do CPC/2015).....	254
14	Revisão da estabilização da tutela antecipada	254
15	Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	255
16	Cessaçãõ da eficácia da medida cautelar antecedente	255
17	Tutela da evidência (art. 311 do CPC/2015)	256
CAPÍTULO XVII – RESPONSABILIDADE POR DANO PROCESSUAL		257
1	Conceito	257
2	Litigante de má-fé.....	257
3	Procedimento (art. 793-C da CLT)	257
4	Testemunha	258
CAPÍTULO XVIII – RECURSOS		259
1	Conceito	259
2	Decisão interlocutória	259
3	Interposição de recurso.....	259
4	Denominação das partes.....	260

5	Razões e contrarrazões.....	260
6	Pressupostos recursais ou de admissibilidade.....	260
7	Pressupostos recursais ou de admissibilidade subjetivos ou intrínsecos.....	260
8	Pressupostos recursais ou de admissibilidade objetivos ou extrínsecos.....	260
9	Custas	261
10	Depósito recursal	261
11	Efeitos.....	262
12	Fazenda Pública. Reexame necessário (Súmula nº 303 do TST).....	263
13	Irregularidade de representação (Súmula nº 383 do TST)	263
CAPÍTULO XIX – EXECUÇÃO.....		265
1	Conceito.....	265
2	Cabimento	265
3	Competência	265
4	Início da execução (art. 878 da CLT).....	265
5	Liquidação da sentença (art. 879 da CLT).....	266
6	Mandado de penhora.....	266
7	Embargos à execução e a sua impugnação (art. 884 da CLT).....	267
CAPÍTULO XX – PROCESSO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA		269
CAPÍTULO XXI – INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....		271
PARTE III – PEÇAS PRÁTICO--PROFISSIONAIS		273
CAPÍTULO I – RECLAMAÇÃO TRABALHISTA.....		275
1	Reclamação Trabalhista e a Petição Inicial.....	275
2	Requisitos para elaborar a Reclamação Trabalhista	275
3	Indicação do juízo ou tribunal a quem é dirigida	276
4	A qualificação das partes.....	276
5	Fatos com os fundamentos jurídicos.....	277
6	O pedido, com suas especificações.....	278
7	As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos.....	279
8	O requerimento de notificação do réu	279
9	O valor da causa	280
10	Finalização da Reclamação Trabalhista.....	281

11	Roteiro para elaboração	281
12	Modelo de Reclamação Trabalhista no procedimento ordinário ou sumário.....	282
CAPÍTULO II – MEDIDAS LIMINARES.....		285
1	Definição.....	285
2	Fundamento legal.....	285
3	Roteiro para elaboração	286
4	Modelo de Reclamação Trabalhista com pedido liminar.....	286
CAPÍTULO III – TUTELAS PROVISÓRIAS (DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA) – CONCEITOS FUNDAMENTAIS		291
1	Definição.....	291
2	Espécies	291
3	Momento do pleito	291
4	Características da tutela provisória.....	291
5	Cumprimento.....	292
6	Competência	292
7	Tutelas de urgência	292
8	Contracautela	292
9	Responsabilidade por danos.....	293
10	Requisitos para a concessão.....	293
11	Procedimento da tutela de urgência (antecipada ou cautelar) incidental....	293
12	Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente	293
13	Estabilização da tutela antecipada (art. 304, CPC/2015).....	294
14	Revisão da estabilização da tutela antecipada	294
15	Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	295
16	Cessação da eficácia da medida cautelar antecedente	295
17	Tutela da evidência (art. 311, CPC/2015)	296
18	Caso concreto	296
19	Gabarito comentado	297
20	Modelo da peça.....	299
CAPÍTULO IV – CONTESTAÇÃO.....		305
1	Definição.....	305

2	Fundamento legal.....	305
3	Preliminares processuais.....	305
4	Prejudicial de mérito – Prescrição.....	308
5	Roteiro para elaboração da Contestação	308
6	Modelo de Contestação.....	308
7	Reconvenção.....	311
8	Fundamento e procedimento da Reconvenção	311
9	Hipótese de Cabimento.....	311
10	Roteiro para elaboração da Reconvenção.....	311
11	Modelo de Reconvenção – Inserir o tópico na Contestação.....	311
CAPÍTULO V – EXCEÇÕES.....		313
1	No processo do trabalho	313
2	Fundamento e procedimento das exceções.....	313
3	Dinâmica das exceções.....	313
4	Hipóteses de suspeição.....	314
5	Hipóteses de incompetência.....	314
6	Roteiro para elaboração das exceções.....	314
7	Modelo de exceção de incompetência	315
CAPÍTULO VI – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO		317
1	Definição.....	317
2	Fundamento legal.....	317
3	Natureza jurídica	317
4	Hipóteses de cabimento	317
5	Erros materiais.....	318
6	Efeito modificativo.....	318
7	Prazo e preparo	318
8	Prazo para o próximo recurso.....	319
9	Procedimento e oposição.....	319
10	Roteiro para elaboração	319
11	Modelo de embargos de declaração	320
CAPÍTULO VII – RECURSO ORDINÁRIO		321
1	Definição.....	321

2	Fundamento legal.....	321
3	Procedimento para o recurso	321
4	Hipótese de cabimento.....	322
5	Decisão interlocutória	323
6	Recurso ordinário no procedimento sumaríssimo (art. 895, § 1º, II, CLT).....	323
7	Prazo.....	323
8	Preparo recursal	324
9	Efeitos.....	324
10	Procedimento e interposição	324
11	Contrarrazões.....	325
12	Denegação de seguimento.....	325
13	Roteiro para elaboração.....	325
14	Modelo de Recurso Ordinário.....	326
CAPÍTULO VIII – RECURSO DE REVISTA.....		329
1	Definição.....	329
2	Fundamento legal.....	329
3	Procedimento para o recurso	330
4	Hipótese de cabimento.....	330
5	Pressupostos intrínsecos e extrínsecos.....	332
6	Pressuposto especial – Demonstração do conflito (CLT, art. 896, § 1º-A)..	332
7	Divergência atual.....	332
8	Comprovação da divergência (art. 896, § 8º, CLT e Súmula 337, I, <i>a e b</i> , Tribunal Superior do Trabalho)	333
9	Prazo.....	333
10	Preparo recursal	334
11	Efeitos.....	334
12	Prequestionamento.....	334
13	Procedimento sumaríssimo (art. 896, § 9º, CLT).....	335
14	Transcendência	335
15	Recurso de Revista na fase de execução	336
16	Procedimento e interposição	337
17	Contrarrazões.....	337
18	Denegado seguimento.....	337

19	Roteiro para elaboração	337
20	Modelo de Recurso de Revista.....	338
CAPÍTULO IX – EMBARGOS NO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....		341
1	Definição.....	341
2	Fundamento legal.....	341
3	Hipótese de cabimento.....	341
4	Procedimento para os Embargos de Divergência no Tribunal Superior do Trabalho	343
5	Procedimento para os Embargos Infringentes no Tribunal Superior do Trabalho	345
6	Comprovação da divergência (Súmula 337, I, <i>a e b</i> , Tribunal Superior do Trabalho).....	346
7	Prazo.....	346
8	Preparo recursal	347
9	Efeitos.....	347
10	Procedimento e interposição	347
11	Contrarrazões.....	347
12	Denegado seguimento	348
13	Roteiro para elaboração dos Embargos de Divergência no Tribunal Superior do Trabalho	348
14	Roteiro para elaboração dos Embargos Infringentes no Tribunal Superior do Trabalho	348
15	Modelo de Embargos no Tribunal Superior do Trabalho.....	349
CAPÍTULO X – RECURSO EXTRAORDINÁRIO		353
1	Definição.....	353
2	Fundamento legal.....	353
3	Hipóteses de cabimento	353
4	Procedimento para Recurso Extraordinário	353
5	Repercussão geral.....	354
6	Prazo.....	354
7	Preparo recursal	355
8	Efeitos.....	355
9	Procedimento e interposição	355
10	Contrarrazões.....	356

11	Roteiro para elaboração do Recurso Extraordinário.....	356
12	Modelo de Recurso Extraordinário	356
CAPÍTULO XI – AGRAVO DE INSTRUMENTO		359
1	Definição.....	359
2	Fundamento legal.....	359
3	Hipóteses de cabimento.....	359
4	Procedimento para Agravo de Instrumento	359
5	Prazo.....	360
6	Preparo.....	360
7	Procedimento e interposição (art. 897, § 4º, CLT)	361
8	Efeitos.....	361
9	Formação do instrumento do agravo.....	361
10	Contraminuta.....	361
11	Provimento do agravo.....	361
12	Roteiro para elaboração do Agravo de Instrumento.....	362
13	Modelo de Agravo de Instrumento	362
CAPÍTULO XII – AGRAVO DE PETIÇÃO		365
1	Definição.....	365
2	Fundamento legal.....	365
3	Hipótese de cabimento.....	365
4	Procedimento para Agravo de Instrumento	365
5	Prazo.....	366
6	Preparo.....	366
7	Procedimento e interposição	366
8	Condição para recebimento	366
9	Julgamento.....	366
10	Efeitos.....	366
11	Contraminuta.....	367
12	Roteiro para elaboração do Agravo de Petição.....	367
13	Modelo de Agravo de Petição	367
CAPÍTULO XIII – RECURSO ADESIVO		371
1	Definição.....	371

2	Fundamento legal.....	371
3	Hipóteses de cabimento	371
4	Prazo.....	371
5	Preparo recursal	372
6	Efeitos.....	372
7	Procedimento e interposição	372
8	Contrarrazões.....	372
9	Roteiro para elaboração do Recurso Adesivo.....	372
10	Modelo de Recurso Adesivo	373
CAPÍTULO XIV – PEDIDO DE REVISÃO		375
1	Definição.....	375
2	Fundamento legal.....	375
3	Hipóteses de cabimento	375
4	Prazo.....	375
5	Preparo recursal	375
6	Efeitos.....	375
7	Procedimento e interposição	375
8	Contrarrazões.....	376
9	Roteiro para elaboração do Pedido de Revisão.....	376
10	Modelo de Pedido de Revisão	376
CAPÍTULO XV – EXECUÇÃO		379
1	Conceito.....	379
2	Cabimento	379
3	Competência	379
4	Início da execução (art. 878 da CLT).....	379
5	Liquidação da sentença (art. 879 da CLT).....	380
6	Mandado de penhora	380
7	Embargos à execução e a sua impugnação (art. 884 da CLT).....	381
8	Roteiro para elaboração da Impugnação à Sentença de Liquidação.....	381
9	Modelo da Impugnação à Sentença de Liquidação.....	382
10	Modelo de Exceção de Pré-executividade.....	383
11	Roteiro para elaboração dos Embargos à Execução.....	384

12	Modelo de Embargos à Execução.....	385
13	Roteiro para elaboração dos Embargos de Terceiro.....	387
14	Modelo de Embargos de Terceiro.....	387
CAPÍTULO XVI – CORREIÇÃO PARCIAL.....		391
1	Definição.....	391
2	Fundamento legal.....	391
3	Hipóteses de cabimento.....	391
4	Prazo.....	391
5	Preparo recursal.....	391
6	Efeitos.....	392
7	Procedimento.....	392
8	Interposição.....	392
9	Roteiro para elaboração da Correição Parcial.....	393
10	Modelo de Correição Parcial.....	393
CAPÍTULO XVII – AÇÃO RESCISÓRIA.....		395
1	Definição.....	395
2	Fundamento legal.....	395
3	Hipóteses de cabimento.....	395
4	Prazo.....	396
5	Preparo.....	396
6	Características.....	396
7	Procedimento.....	396
8	Jurisprudência.....	397
9	Roteiro para elaboração da Ação Rescisória.....	397
10	Modelo de Ação Rescisória.....	398
CAPÍTULO XVIII – MANDADO DE SEGURANÇA.....		401
1	Definição.....	401
2	Fundamento legal.....	401
3	Hipóteses de cabimento.....	401
4	Prazo.....	401
5	Características.....	401

6	Roteiro para elaboração do Mandado de Segurança	402
7	Modelo de Mandado de Segurança	402
CAPÍTULO XIX – DISSÍDIO COLETIVO.....		405
1	Definição.....	405
2	Fundamentos legais.....	405
3	Natureza	405
4	Pressupostos	405
5	Documentos	405
6	Competência (art. 678, I, <i>a</i> , CLT e art. 2º, I, <i>a</i> , Lei nº 7.701/1988).....	406
7	Promoção (art. 114, § 2º, Constituição Federal)	406
8	Prazo (art. 616, § 3º, CLT).....	406
9	Sentença normativa e o seu cumprimento.....	406
10	Roteiro para elaboração do Dissídio Coletivo.....	406
11	Modelo de Dissídio Coletivo	407
CAPÍTULO XX – INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE.....		409
1	Definição.....	409
2	Fundamento legal.....	409
3	Hipóteses de cabimento	409
4	Prazo.....	409
5	Requisitos.....	410
6	Roteiro para elaboração do Inquérito para Apuração de Falta Grave.....	410
7	Modelo de Inquérito para Apuração de Falta Grave	410
CAPÍTULO XXI – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....		413
1	Definição.....	413
2	Fundamento legal.....	413
3	Petição inicial.....	413
4	Contestação	413
5	Roteiro para elaboração da Ação de Consignação em Pagamento	414
6	Modelo de Ação de Consignação em Pagamento	414
CAPÍTULO XXII – AÇÃO DE CUMPRIMENTO		417
1	Definição.....	417

2	Fundamento legal.....	417
3	Requisito	417
4	Roteiro para elaboração da Ação de Cumprimento.....	417
5	Modelo de Ação de Cumprimento.....	418
PARTE IV – RESOLUÇÃO DE PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS COM ROTEIROS DE ELABORAÇÃO.....		421
CAPÍTULO I – PETIÇÃO INICIAL.....		423
1	Reclamação Trabalhista – Procedimento Comum Ordinário.....	423
2	Reclamação Trabalhista – Procedimento Comum Ordinário	427
3	Reclamação Trabalhista – Procedimento Comum Ordinário	432
4	Reclamação Trabalhista – Procedimento Comum Ordinário	438
5	Reclamação Trabalhista – Procedimento Comum Ordinário	445
CAPÍTULO II – CONTESTAÇÃO.....		455
1	Contestação	455
2	Contestação	458
3	Contestação	462
4	Contestação	467
5	Contestação	472
CAPÍTULO III – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....		479
1	Embargos de Declaração.....	479
CAPÍTULO IV – RECURSO ORDINÁRIO.....		483
1	Recurso Ordinário 3	483
2	Recurso Ordinário 4	486
3	Recurso Ordinário 5	490
4	Recurso Ordinário 6	494
5	Recurso Ordinário 7	499
6	Recurso Ordinário 8	504
CAPÍTULO V – CONTRARRAZÕES AO RECURSO ORDINÁRIO.....		513
1	Contrarrrazões ao Recurso Ordinário	513

CAPÍTULO VI – RECURSO DE REVISTA.....	519
1 Recurso de Revista no Tribunal Superior do Trabalho	519
CAPÍTULO VII – EMBARGOS DE DEVEDOR.....	523
1 Embargos de Devedor.....	523
CAPÍTULO VIII – EMBARGOS DE TERCEIRO.....	527
1 Embargos de Terceiro	527
CAPÍTULO IX – EMBARGOS NO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	531
1 Embargos no Tribunal Superior do Trabalho.....	531
CAPÍTULO X – AGRAVO DE INSTRUMENTOO	537
1 Agravo de Instrumento.....	537
CAPÍTULO XI – AGRAVO DE PETIÇÃO.....	541
1 Agravo de Petição	541
CAPÍTULO XII – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	545
1 Ação de Consignação em Pagamento.....	545
CAPÍTULO XIII – MANDADO DE SEGURANÇA.....	549
1 Mandado de Segurança.....	549
PARTE V – RESOLUÇÃO DE QUESTÕES DA OAB.....	553
Capítulo I – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO XVI.....	555
Capítulo II – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO XVII.....	557
Capítulo III – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO XVIII.....	560
Capítulo IV – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO XIX.....	563
Capítulo V – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO XX.....	566
Capítulo VI – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO (REAPLICAÇÃO PORTO VELHO – RO).....	568
Capítulo VII – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO XXII.....	571
Capítulo VIII – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO XXIII.....	573
Capítulo IX – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO XXIV	576

Capítulo X – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO XXV	579
Capítulo XI – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO (PORTO ALEGRE – RS)	581
Capítulo XII – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO XXVI.....	584
Capítulo XIII – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO XXVII.....	587
Capítulo XIV – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO XXVIII.....	590
Capítulo XV – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO XXIX.....	593
Capítulo XVI – EXAME DA OAB NACIONAL UNIFICADO XXX.....	596